

RESENHA

Bookreview

POWER IN A CHANGING WORLD ECONOMY: LESSONS FROM EAST ASIA¹

Lucas de Oliveira Paes²

O conceito de poder Estatal é subjacente ao entendimento de fenômenos das Relações Internacionais e o trabalho organizado por Cohen e Chiu atualiza esse debate teórico frente às transformações correntes da economia mundial contemporânea. Doutor em economia pela Columbia University e professor da University of California at Santa Barbara, Benjamin J. Cohen é um dos principais pesquisadores e sistematizadores de uma abordagem da Economia Política Internacional aos estudos internacionais, através da teorização dos impactos da interface indissociável entre dinâmicas políticas e econômicas na interação entre Estados soberanos. Eric M. P. Chiu é professor da National Chung Hsing University, em Taiwan, e um promissor estudioso da operacionalização das influências de arranjos de política econômica em relações bilaterais e regionais. O livro organizado por estes autores parte da perspectiva de que, para além do debate sobre polaridade, a transição produtiva e a recentração de fluxos econômicos para o leste asiático traz impactos sobre o exercício de poder no sistema internacional ainda não suficientemente explorados pela literatura.

O objetivo de compreender as “novas lições” que a emergência do leste asiático oferece para uma maior formalização teórica do conceito de poder na Economia Política

¹ COHEN, Benjamin J. CHIU, Eric M. P. (Org.) Power in a Changing World Economy: Lessons from East Asia. New York: Routledge, 2013. ISBN: 978-0-415-85614-0

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (PPGEEI). Email: lucas_op@yahoo.com.br

Internacional é trabalhado através de uma coletânea de artigos sobre distintas manifestações de seus significados, fontes, usos e limites nas dinâmicas da região. Os trabalhos são encadeados com o objetivo central do livro pelo capítulo inicial escrito por seus organizadores. Neste capítulo, Cohen e Chiu discutem as dimensões analíticas do conceito de poder. Para os autores, esse conceito, ao mesmo tempo em que é ubíquo na disciplina, carece de formalização teórica enquanto categoria analítica. Contudo, tal delimitação deve lidar com a polissemia interpretativa e o polimorfismo da manifestação deste controverso e central elemento das relações internacionais. Neste sentido, os autores buscam sistematizar as dimensões analíticas do poder, que permitam por em diálogo as interpretações da realidade leste asiática de modo a permitir inferências e inovações teóricas sobre o tema.

Para tanto, o primeiro passo da análise é por termos claros a categoria, de maneira compatível com sua multiplicidade. Os autores tomam a definição de Robert Dall para explicitar o elemento externo do poder: o exercício da influência, o controle de resultados que dependem do comportamento alheio. Esta definição, porém, remete à outra ponta da relação, a capacidade resistir à influência que se impõe: a autonomia. Esses dois significados se separam por funções analíticas, mas são indissociáveis na prática. Autonomia em si produz algum grau de influência, mas não se converte integralmente em identidade à segunda, por sua vez, a influência não pode prescindir de autonomia. A existência de um mundo em que novos atores fortalecem sua autonomia resulta em um mundo em que a influência se dissipa. Deste modo, o estudo das fontes do poder e das maneiras em que elas podem produzir resultados de influência ou autonomia se mostram outras duas dimensões analíticas necessárias à construção de um terreno comum para o estudo do poder.

As fontes e o exercício do poder talvez sejam o elemento mais controverso na formalização deste conceito, como revela a análise dos autores. Chiu e Cohen organizam este debate em quatro eixos. O primeiro diz respeito à diferença poder como recursos e poder como relação, sobre resultados. O segundo discute se esse poder relacional é pura interação ou se há um elemento estrutural em atuação. Para tanto, o autor remete, a partir de Susan Strange, à influência que determinados atores conseguem

exercer sobre instituições que impactam padrões de comportamento e regras do jogo em interações de que não participam diretamente. O quarto eixo de discussão remete a possibilidade de um poder ideacional, em referência as ideias de *soft power* em Nye e hegemonia em Gramsci.

A conversão do poder que emana de qualquer uma destas fontes - recursos, contexto, estrutura institucional³ ou capacidade de direção – varia segundo os autores em três eixos. O primeiro é a articulação entre objetivos e meios para o exercício do poder em um determinado contexto. O segundo eixo é a mobilização desses meios frente à constelação doméstica de interesses que permeiam o objetivo traçado. Por fim, o terceiro eixo transpassa os anteriores, sob o problema da fungibilidade do poder, segundo o qual o montante de capacidades potenciais não se manifesta absolutamente em autonomia ou influência, tampouco sua manifestação é igual frente a distintos atores e em distintos temas. O exercício do poder torna-se essencialmente contextual, assim como sua limitação pelo poder alheio, a última dimensão do conceito.

O enquadramento teórico discutido é operacionalizado nos capítulos seguintes do livro, dividido em três seções temáticas. Os três capítulos da primeira seção discutem em si a emergência asiática, as formas que o poder toma a partir dessa realidade. A segunda seção discute o papel da China nesse processo dentro e fora da região, com ênfase nas fontes do poder e as dificuldades da conversão de capacidades em exercício do poder. A terceira seção discute como os limites do poder atuaram no declínio japonês nas últimas duas décadas.

O capítulo de Chiu e Willet discute o descompasso entre poder sobre recursos e a influência do leste asiático no sistema internacional. Ao passo que a região acumula parcelas progressivamente maiores de recursos e centraliza grande parte das dinâmicas econômicas internacionais, sua influência, ainda que crescente, se mantém aquém de sua potencialidade e da exercida pelo ocidente, em especial pelos EUA. O artigo reitera o caráter contextual do poder, cuja massa de recursos que o fundamenta se projeta de

³ Cabe ressaltar que o tratamento de *estrutura* nos autores, a partir de Strange (1988), difere do que descende do neorrealismo. Enquanto no primeiro a estrutura é posicional, deriva da estática distribucional de recursos no sistema, no segundo é ela recebe um caráter institucional, enquanto conjunto de regras e padrões de comportamento que balizam a interação no sistema.

maneira específica para distintos litígios e frente a distintos atores. O estudo de Wang atenta para a influência da conjuntura sobre dinâmicas de poder de longo prazo, em especial os impactos da crise financeira de 2008 sobre a balança de poder regional. O capítulo de Jeffrey Chwieroth introduz o conceito de *poder produtivo* ao debate regional, sobre as influências do modelo chinês de gestão da conta capital no comportamento de seus vizinhos e da percepção normativa em relação a esta temática.

As manifestações da emergência chinesa são capturadas nos quatro capítulos seguintes. C. Randall Henning observa como a influência chinesa na convergência de gestão da política cambial com seu entorno se reflete em um padrão de emulação mais do que em uma coerção estrutural, nos termos de Strange. O capítulo dos taiwaneses Tso e Yeh mostra como a constituição do arranjo de pagamentos CMIM (Iniciativa Chiang Mai) constitui uma cessão chinesa a seus parceiros. Ainda que manifeste sua liderança no processo, a iniciativa modifica a preferência chinesa por arranjos bilaterais e a restringe ao limitar institucionalmente seu poder relativo. Os dois capítulos finais abordam diretamente a questão da não fungibilidade do poder chinês. Yang demonstra como o contexto de interação faz com que a assimetria de recursos entre China e Vietnam não consiga se refletir em concessões de mesmo porte por parte do segundo. Cohen discute as dificuldades da China em refletir no Sistema Monetário Financeiro Internacional, através da construção do papel do Yuan Renminbi (RMB) como moeda de referência sistêmica, a centralidade que possui em outros fluxos e estoques econômicos.

A última seção discute a decadência japonesa em busca dos elementos que limitaram seu poder. Tsai e Wang discutem a falência do modelo de promoção da inovação no Japão como indutor da cadeia produtiva leste asiática e a sua tentativa de reinserção em tais dinâmicas. Grimmer aborda como a tentativa nipônica de se converter em centro do capitalismo financeiro mundial está associada a sua estagnação contemporânea, ao ter germinado a crise asiática que deslocou o a centralidade financeira de Tóquio para outros mercados da região.

Em conjunto, as obras estão dispostas para oferecer insumos para a inovação teórica sobre a análise de poder nas Relações Internacionais em geral, e na

Economia Política Internacional em específico. Depreende-se das leituras a relevância da dissociação entre análise de recursos e análise de interação política, esta última dependente do contexto em que o poder é exercido. Este livro, a luz do debate teórico sobre a posição intermédia do Brasil no sistema internacional (LIMA, 2013, HURRELL, 2013, SENNES, 2003, FLEMES, 2010), permite qualificar importantes perguntas sobre o a inserção internacional brasileira: Que elementos contingenciam a conversão do poder potencial do Brasil na determinação dos resultados de sua interação na política regional? Que condições o Brasil detém de disputar a construção de *poder estrutural* ou de *poder produtivo* sobre o sistema? Que reflexos as limitações de exercício do poder para o Brasil em nível doméstico, regional e sistêmico possuem sobre suas opções estratégicas de política externa? A obra organizada por Cohen e Chiu abre espaço para estas e outras questões e, sobretudo, problematiza a agenda de pesquisa sobre a ascensão brasileira e das potências emergentes no século XXI.

Referências

HURRELL, Andrew (2013). **The Quest for Autonomy: the Evolution of Brazil's Role in the International System (1964 – 1985)**. Brasília: Funag.

FLEMES, Daniel. (2010) “O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança?” **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n.1, p. 141-156.

LIMA, Maria Regina Soares (2013). **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu**. Brasília: Funag.

SENNES, Ricardo (2003). **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

STRANGE, Susan (1988). **States and Markets**. London: Pinter.

*Resenha recebida em 20 de outubro de 2014.
Aprovada em 30 de outubro de 2014.*